



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.974.823/0001-80
RUA PADRE JOSÉ ANCHIETA, 1170 - FONE: (44) 3453-8300
"TERRITÓRIO ENCONTRO DAS ÁGUAS"

= LEI Nº 1004/2020, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020 =

SÚMULA: Atualiza o valor das obrigações de pequeno valor no âmbito do município de Santa Isabel do Ivaí (PR), conforme disposto no art. 100, § 3º, e § 4º, da Constituição Federal, bem como disciplina os procedimentos administrativos para sua liquidação e dá providências.

O Prefeito de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e eu, Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É considerada de pequeno valor, para fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, a obrigação de pagar quantia certa decorrente de decisão judicial transitada em julgado que tenha condenado o Município de Santa Isabel do Ivaí, suas autarquias ou fundações, em processo de cujo contraditório o ente público tenha feito parte, cujo total atualizado, por credor, não seja superior R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

§ 1º - O pagamento de pequeno valor que trata este artigo dispensa o regime de precatório que trata o *caput* do art. 100 da Constituição Federal.

§ 2º - O valor previsto no *caput* será atualizado anualmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, pelo Índice Oficial Utilizado pelo Município (IPCA), acumulado do período anterior, mediante ato a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º - A atualização monetária do montante previsto no *caput*, na forma como menciona o § 2º, não poderá resultar em valor abaixo do maior benefício pago pelo regime geral de previdência social, devendo ser feita a adequação/complementação sempre que necessário.

Art. 2º - É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor total da execução de sentença, para pagamento em parte na forma de que trata esta lei e em parte na forma de precatório.

§ 1º - É facultado ao credor renunciar ao crédito que exceder ao valor estabelecido no art. 1º, para que possa optar pelo recebimento do crédito na forma de liquidação que trata a presente lei.

§ 2º - A renúncia do credor deve ser expressa e manifestada por meio de petição nos autos da ação de execução judicial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.974.823/0001-80

RUA PADRE JOSÉ ANCHIETA, 1170 - FONE: (44) 3453-8300

"TERRITÓRIO ENCONTRO DAS ÁGUAS"

Art. 3° - As obrigações definidas como de pequeno valor integrarão ordem cronológica própria.

Art. 4° - O débito de pequeno valor, previsto na requisição judicial, uma vez regular, será pago em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da requisição pela entidade devedora.

Parágrafo único - O valor do débito, após a data da expedição da requisição e até o efetivo pagamento, será atualizado, utilizando o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança.

Art. 5° - A requisição de pagamento expedida pelos juízos competentes, quando figurar como destinatário o município, será recebida pelo Procurador Geral do Município, ou na sua falta, pelo Chefe do Poder Executivo, e quando dirigida a autarquia municipal, por seus respectivos representantes legais.

Parágrafo único - As autoridades mencionadas no *caput* deste artigo poderão delegar os poderes de recebimento da requisição a servidor público, dentre aqueles lotados na Procuradoria Geral do Município.

Art. 6° - Será objeto de compensação pela entidade devedora o valor do débito constante da requisição pendente de pagamento com crédito líquido e certo, inscrito em dívida ativa ou não, contra o devedor original, ressalvado aquele crédito suspenso em virtude de contestação administrativa ou judicial.

Art. 7° - Recebida a requisição de pagamento, observada a competência que trata o artigo anterior, a autoridade:

I - Informará o recebimento a Procuradoria Jurídica respectiva, se for o caso;

II - Enviará a requisição imediatamente a Secretaria de Administração e Finanças.

§ 1° - A Procuradoria Jurídica, por meio do advogado que atuou no processo, deverá fornecer ao departamento de contabilidade, para o fim de anexar ao empenho, cópia da certidão de trânsito em julgado da sentença que originou a requisição, e homologação do cálculo quando for o caso.

§ 2° - Recebida a requisição pela Secretaria de Administração e Finanças, este, independente da providência mencionada no parágrafo, deverá providenciar sua devida escrituração contábil, anotação em livro próprio, empenho e definição da ordem anterior cronológica.

§ 3° - Não sendo possível a realização de empenho por ausência de crédito orçamentário, o departamento de contabilidade, em até dois dias úteis, deve informar tal situação à autoridade administrativa remetente e a controladoria interna,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.974.823/0001-80

RUA PADRE JOSÉ ANCHIETA, 1170 - FONE: (44) 3453-8300

"TERRITÓRIO ENCONTRO DAS ÁGUAS"

instruindo tal procedimento com minuta do projeto de lei necessário a abertura de crédito ou adequação orçamentária ou financeira, ou minuta de decreto quando for o caso.

§ 4º - Sanado os motivos que impossibilitava a realização do empenho da requisição judicial, será imediatamente encaminhado ao departamento de contabilidade para as providências mencionadas no *caput* deste artigo.

§ 5º - A Secretaria de Administração e Finanças, observada a ordem cronológica, providenciará a liquidação do crédito consignado na requisição de pagamento, devendo providenciar as diligências necessárias para o efetivo pagamento ao credor.

§ 6º - Realizada a liquidação da requisição de pagamento, a Secretaria de Administração e Finanças, em até dois dias úteis, informará a autoridade administrativa, a Controladoria Interna e a Procuradoria Jurídica, instruindo-se com cópia do empenho e do comprovante de pagamento perante a instituição financeira.

§ 7º - Os encargos sociais ou tributários incidentem sobre o debito, serão objeto de pagamento pela secretaria de finanças, observado as disposições procedimentais previstas neste artigo, sem prejuízo das demais cabíveis.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 301/2010.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí, aos 02 dias do mês de dezembro de 2020.



RODRIGO FONTANA MARCHEZAN

Vice Prefeito no Exercício do Cargo de Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria, aos 02 dias do mês de dezembro de 2020.



JOSÉ MARIM FERREIRA DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Diário Oficial Eletrônico

Data: 02 / 12 / 2020

Edição nº 920 Pg 84